

Demonstrativos Contábeis Consolidados e Notas Explicativas

3º Trimestre de 2020

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Coordenação-Geral de Contabilidade

Brasília, 30 de outubro de 2020.

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	7
Balanco Patrimonial.....	7
Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
Balanco Orçamentário.....	11
Balanco Financeiro – Ingressos.....	13
Balanco Financeiro – Dispêndios	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS	17
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	17
Nota 02 – Bens Imóveis – BP.....	18
Nota 03 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP.....	21
Nota 04 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP	22
Nota 05 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP	22
Nota 06 – Pessoal e Encargos - DVP	24
Nota 07 – Desincorporação de Ativos – DVP.....	25
Nota 08 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	25
Nota 09 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	26
Nota 10 – Resultado Orçamentário – BO.....	27
Nota 11 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO.....	28
Nota 12 – Transferências Intragovernamentais – BF	29
Nota 13 – Segurança Pública – DFC	30
Nota 14 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC.....	31
Nota 15 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	33

APRESENTAÇÃO

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCONs) do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As DCONs foram elaboradas a partir das informações constantes no Siafi, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas (NE)

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única e demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções

monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.
Não são realizados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

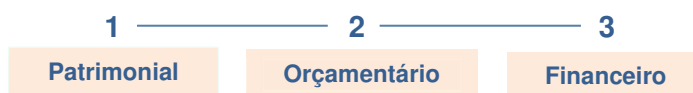
Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Não são deduzidos os saldos da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



1. Resultado patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balço Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	30/09/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		3.712.573	3.951.155
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	2.257.925	2.354.988
Créditos a Curto Prazo		1.351.167	-
Demais Créditos e Valores		1.351.167	1.506.365
Estoques		103.443	89.801
VPDs Pagas Antecipadamente		38	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE		112.506.085	112.429.063
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.389.996	3.256.069
Créditos a Longo Prazo		3.389.996	2.189.168
Dívida Ativa Não Tributária		2.479.634	2.189.168
Demais Créditos e Valores		910.362	1.066.901
Investimentos		22	22
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		108.863.298	108.952.048
Bens Móveis		3.051.259	2.819.943
Bens Móveis		4.080.548	3.714.740
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(1.029.288)	(894.797)
Bens Imóveis	02	105.812.038	106.132.105
Bens Imóveis		105.851.545	106.170.637
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(39.507)	(38.532)
Intangível		252.770	220.924
Softwares		252.637	220.792
Softwares		262.699	224.226
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(10.061)	(3.435)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133	133
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133	133
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		116.218.658	116.380.218
PASSIVO	NE	30/09/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE		1.238.984	1.374.656
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		842.810	841.593
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		39.759	15.542
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		1	2
Demais Obrigações a Curto Prazo	03	356.415	517.519
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		202	3.575
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		-	2.004
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		162	1.532
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.239.186	1.378.231
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.979.473	115.001.987
Demais Reservas		2.501	2.501
Resultados Acumulados		114.977.268	114.999.485
Resultado do Exercício		(173.720)	4.608.689
Resultados de Exercícios Anteriores	04	114.999.485	110.406.571
Ajustes de Exercícios Anteriores		151.503	(15.775)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		116.218.658	116.380.218

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
Ativo Financeiro	2.258.040	2.355.097	Passivo Financeiro	5.635.397	4.415.324
Ativo Permanente	113.960.618	114.025.121	Passivo Permanente	451.580	296.824
			Saldo Patrimonial	110.131.681	111.668.070

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	2020	2019	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		258.895	241.931	
Atos Potenciais Ativos		258.895	241.931	
Garantias e Contragarantias Recebidas		219.653	196.718	
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		39.160	45.131	
Direitos Contratuais		82	82	
TOTAL		258.895	241.931	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	2020	2019	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		4.561.209	4.461.979	
Atos Potenciais Passivos		4.561.209	4.461.979	
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		2.175.069	2.484.045	
Obrigações Contratuais		2.386.112	1.977.907	
TOTAL		4.561.209	4.461.979	

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários	(1.438.103)	
Recursos Vinculados	(1.939.254)	
Educação	303	
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(21.872)	
Previdência Social (RPPS)	(208.055)	
Dívida Pública	(1.514.874)	
Alienação de Bens e Direitos	30.849	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	(225.605)	
TOTAL	(3.377.357)	

Demonstrações das Variações Patrimoniais

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/09/2020	30/09/2019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		366.332	779.557
Taxas		366.332	779.557
Contribuições		-	(60)
Contribuições Sociais		-	(60)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		50.523	43.940
Venda de Mercadorias		0	13
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		50.522	43.927
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		53.718	70.581
Juros e Encargos de Mora		2.932	1.806
Variações Monetárias e Cambiais		-	225
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações		50.786	68.551
Transferências e Delegações Recebidas		34.696.554	27.507.507
Transferências Intragovernamentais		34.429.520	27.292.266
Outras Transferências e Delegações Recebidas		267.034	215.241
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	05	1.320.120	11.403.723
Reavaliação de Ativos		715.467	4.851.538
Ganhos com Alienação		39.323	51.381
Ganhos com Incorporação de Ativos		513.020	6.447.043
Ganhos com Desincorporação de Passivos		52.311	53.761
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.117.734	1.219.421
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	340
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.117.734	1.219.081
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		37.604.982	41.024.669

R\$ milhares			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/09/2020	30/09/2019
Pessoal e Encargos	06	5.725.725	5.623.453
Remuneração a Pessoal		4.468.582	4.526.143
Encargos Patronais		947.329	775.065
Benefícios a Pessoal		273.461	302.015
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		36.353	20.229
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.297.580	3.146.245
Aposentadorias e Reformas		2.389.675	2.324.272
Pensões		833.537	817.005
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		74.368	4.968
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.547.770	1.524.411
Uso de Material de Consumo		296.719	142.398
Serviços		1.079.352	1.215.789
Depreciação, Amortização e Exaustão		171.699	166.224
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		62.133	139.299
Juros e Encargos de Mora		810	327
Variações Monetárias e Cambiais		5	2
Descontos Financeiros Concedidos		61.318	138.971
Transferências e Delegações Concedidas		25.679.955	19.772.288
Transferências Intragovernamentais		24.376.768	19.432.402
Transferências Intergovernamentais		888.567	91.300
Transferências ao Exterior		11.953	7.456
Execução Orçamentária Delegada a Entes		110	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		402.558	241.130
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.401.059	6.998.571
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		560.261	1.731.604
Perdas com Alienação		-	2.589
Perdas Involuntárias		5.273	8.241
Incorporação de Passivos		12.632	158.680
Desincorporação de Ativos	07	822.893	5.097.458
Tributárias		2.618	3.421
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.894	2.113
Contribuições		724	1.308
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		61.862	410.121
Premiações		-	17
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		61.862	410.105
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		37.778.702	37.617.810
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		(173.720)	3.406.859

Balanço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

30/09/2020
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.312.895	4.312.895	2.906.400	(1.406.495)
Receitas Tributárias		748.423	748.423	256.433	(491.990)
Taxas		748.423	748.423	256.433	(491.990)
Receitas de Contribuições		48	48	370	322
Contribuições Sociais		48	48	370	322
Receita Patrimonial		1.766.994	1.766.994	1.364.578	(402.415)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		381	381	115	(266)
Valores Mobiliários		91.033	91.033	52.271	(38.762)
Demais Receitas Patrimoniais	08	1.675.580	1.675.580	1.312.193	(393.387)
Receitas de Serviços		51.561	51.561	50.360	(1.201)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		51.561	51.561	50.359	(1.201)
Outros Serviços		-	-	0	0
Transferências Correntes		-	-	(1)	(1)
Outras Receitas Correntes		1.745.870	1.745.870	1.234.661	(511.209)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	09	1.653.729	1.653.729	1.084.467	(569.262)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		0	0	5.931	5.931
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		87.606	87.606	140.446	52.840
Demais Receitas Correntes		4.535	4.535	3.816	(719)
RECEITAS DE CAPITAL		4.051.734	4.051.734	-	(4.051.734)
Operações de Crédito		4.051.734	4.051.734	-	(4.051.734)
Operações de Crédito Internas		4.051.734	4.051.734	-	(4.051.734)
SUBTOTAL DE RECEITAS		8.364.629	8.364.629	2.906.400	(5.458.229)
DEFICIT	10	-	-	10.528.862	10.528.861
TOTAL		8.364.629	8.364.629	13.435.261	5.070.632
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT			1.255.922	1.255.922	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		14.977.623	15.247.222	12.706.861	9.973.391	9.338.044	2.540.361
Pessoal e Encargos Sociais	11	11.215.914	10.995.391	10.069.449	8.339.239	7.761.640	925.942
Outras Desp. Correntes		3.761.708	4.251.831	2.637.413	1.634.152	1.576.405	1.614.419
DESPESAS DE CAPITAL		1.864.052	2.817.941	728.400	416.904	415.717	2.089.541
Investimentos		1.855.971	2.809.943	728.400	416.904	415.717	2.081.543
Inversões Financeiras		8.080	7.998	-	-	-	7.998
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.119.304	815.124	-	-	-	815.124
TOTAL		17.960.978	18.880.287	13.435.261	10.390.295	9.753.761	5.445.025

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dez. do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		159.026	673.412	362.169	362.015	136.789	333.634
Pessoal e Encargos Sociais		15.089	43.805	4.577	4.571	40.988	13.336
Outras Despesas Correntes		143.937	629.607	357.591	357.444	95.802	320.298
DESPESAS DE CAPITAL		637.495	1.864.580	988.844	956.896	42.991	1.502.189
Investimentos		635.765	1.864.580	988.844	956.896	42.991	1.500.459
Inversões Financeiras		1.730	-	-	-	-	1.730
TOTAL		796.521	2.537.992	1.351.012	1.318.911	179.780	1.835.823

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		22.065	807.216	808.616	831	19.833
Pessoal e Encargos Sociais		16.761	742.787	744.401	57	15.090
Outras Despesas Correntes		5.304	64.429	64.215	774	4.743
DESPESAS DE CAPITAL		64.384	156.572	13.584	152.745	54.626
Investimentos		64.384	156.572	13.584	152.745	54.626
TOTAL		86.448	963.787	822.201	153.575	74.460

Balanco Financeiro – Ingressos

		R\$ milhares	
INGRESSOS	NE	30/09/2020	30/09/2019
Receitas Orçamentárias		2.906.400	2.556.603
Ordinárias		-	-
Vinculadas		3.062.628	2.747.317
Seguridade Social (Exceto Previdência)		40.667	10.649
Alienação de Bens e Direitos		690	7.925
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.021.270	2.728.653
Recursos a Classificar		1	90
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(156.227)	(190.714)
Transferências Financeiras Recebidas	12	34.429.509	27.288.741
Resultantes da Execução Orçamentária		31.100.442	25.137.689
Cota Recebida		10.732.481	8.504.657
Repasso Recebido		10.104.660	8.143.006
Sub-repasso Recebido		10.250.854	8.414.931
Repasso Devolvido		2.950	30.504
Sub-repasso Devolvido		9.496	44.591
Independentes da Execução Orçamentária		3.329.067	2.151.051
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.004.623	1.819.061
Demais Transferências Recebidas		39.148	16.254
Movimentação de Saldos Patrimoniais		285.296	315.737
Recebimentos Extraorçamentários		3.733.547	4.846.957
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		636.532	641.403
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		3.044.964	3.266.051
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		48.660	58.646
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.391	880.856
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.343	2.198
Restituições a Pagar		45	220
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2	19
Valores para Compensação		-	0
Demais Recebimentos		-	878.420
Saldo do Exercício Anterior		2.354.988	2.384.084
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.354.988	2.384.084
TOTAL		44.424.444	37.076.385

Balço Financeiro – Dispêndios

		R\$ milhares	
DISPÊNDIOS	NE	30/09/2020	30/09/2019
Despesas Orçamentárias		13.435.261	12.717.119
Ordinárias		4.580.739	7.617.555
Vinculadas		8.854.522	5.099.564
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.336.306	1.922.449
Previdência Social (RPPS)		1.938.270	1.836.258
Receitas Financeiras		-	3.338
Dívida Pública		3.172.734	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.407.212	1.337.518
Transferências Financeiras Concedidas	12	24.376.285	20.275.086
Resultantes da Execução Orçamentária		20.418.864	16.372.062
Repassé Concedido		10.151.616	7.821.649
Sub-repassé Concedido		10.250.854	8.414.931
Cota Devolvida		3.948	59.586
Repassé Devolvido		2.950	31.304
Sub-repassé Devolvido		9.496	44.591
Independentes da Execução Orçamentária		3.957.421	3.903.024
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		2.109.554	1.379.076
Demais Transferências Concedidas		23.193	10.508
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.824.673	2.513.435
Pagamentos Extraorçamentários		3.354.973	1.749.831
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		822.201	744.024
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		1.318.911	805.542
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		38.873	53.041
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.174.988	147.224
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		1.174.687	147.224
Valores Compensados		6	-
Demais Pagamentos		296	-
Saldo para o Exercício Seguinte		2.257.925	2.334.349
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.257.925	2.334.349
TOTAL		43.424.444	37.076.385

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

R\$ milhares

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – OFSS	NE	30/09/2020	30/09/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		584.562	437.113
INGRESSOS		37.384.614	30.778.396
Receita Tributária		256.433	545.182
Receita de Contribuições		370	539.880
Receita Patrimonial		1.312.308	228
Receita de Serviços		50.360	43.660
Remuneração das Disponibilidades		52.271	68.551
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.234.661	1.354.851
Transferências Recebidas		(1)	-
Outras Transferências Recebidas		(1)	-
Outros Ingressos Operacionais		34.478.214	28.226.045
Ingressos Extraorçamentários		48.657	58.646
Restituições a Pagar		45	220
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2	19
Transferências Financeiras Recebidas		34.429.509	27.288.741
Valores para Compensação		-	0
Demais Recebimentos		-	878.420
DESEMBOLSOS		(36.800.052)	(30.341.283)
Pessoal e Demais Despesas		(9.361.400)	(8.990.274)
Judiciário		-	(33)
Essencial à Justiça		-	(117)
Administração		(131.317)	(128.538)
Segurança Pública	13	(5.586.518)	(5.330.965)
Previdência Social		(3.260.289)	(3.159.516)
Educação		(9)	(19)
Cultura		(114)	(137)
Direitos da Cidadania		(296.614)	(326.080)
Agricultura		-	(37)
Encargos Especiais		(89.882)	(47.031)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.343	2.198
Transferências Concedidas		(1.848.506)	(875.657)
Intergovernamentais		(880.977)	(92.730)
A Estados e/ou Distrito Federal		(862.143)	(89.412)
A Municípios		(18.835)	(3.318)
Intragovernamentais		(949.317)	(775.296)
Outras Transferências Concedidas		(18.211)	(7.632)
Outros Desembolsos Operacionais		(25.590.146)	(20.475.352)
Dispêndios Extraorçamentários		(38.873)	(53.041)
Transferências Financeiras Concedidas		(24.376.285)	(20.275.086)
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		(1.174.687)	(147.224)
Valores Compensados		(6)	-
Demais Pagamentos		(296)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(681.625)	(486.849)
INGRESSOS		-	4.251
Alienação de Bens		-	4.251
DESEMBOLSOS		(681.625)	(491.100)
Aquisição de Ativo Não Circulante	14	(645.513)	(423.572)
Outros Desembolsos de Investimentos		(36.112)	(67.528)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(97.063)	(49.735)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.354.988	2.384.084
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.257.925	2.334.349

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019		-	-	-	-	2.501	110.406.576	-	-	110.409.077
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	(12.138)	-	-	(12.138)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	(3.642)	-	-	(3.642)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	4.608.689	-	-	4.608.689
Saldo Final do Exercício 2019		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	134.086	-	-	134.086
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	(296)	17.416	-	-	17.120
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(173.720)	-	-	(173.720)
Saldo Final do Exercício 2020	15	-	-	-	-	2.205	114.977.268	-	-	114.979.473

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

No 3º trimestre de 2020, a Diretoria Executiva do Departamento Penitenciário Nacional integrou R\$ 975.461 mil (43,20%) dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes", seguido da Coordenação de Administração da Polícia Federal e da Diretoria Geral da Polícia Rodoviária Federal, que contemplaram, respectivamente, R\$ 337.707 mil (14,96%) e R\$ 246.937 mil (10,94%). Os referidos órgãos representaram R\$ 1.560.104 mil (69,09%) do total dos recursos disponíveis na referida rubrica contábil. As demais unidades executoras que apresentaram movimentação, as quais somam 132 unidades distintas, englobaram R\$ 697.821 mil (30,91%) desse total.

Cabe ressaltar que a representatividade de 43,20% ocorre no Depen, especificamente no Funpen – Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Destaca-se a publicação da Portaria MJSP nº 543, de 28 de setembro de 2020, que autorizou os Fundos, FDD – Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, Funad – Fundo Nacional Antidrogas, FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública, Funpen – Fundo Penitenciário Nacional e Funapol – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal, a aplicar os recursos.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora



Tabela 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

Unidade Gestora	R\$ milhares			
	30/09/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
200333 - Departamento Penitenciário Nacional	975.461	992.784	43,20	(1,74)
200334 - Polícia Federal	337.707	431.634	14,96	(21,76)
200230 - Polícia Rodoviária Federal	246.937	298.945	10,94	(17,40)
Demais Unidades Gestoras Executoras	697.821	631.625	30,91	10,48
Total	2.257.925	2.354.988	100,00	(4,12)

Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em setembro de 2020, 80,77% (R\$ 1.823.715 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes: 22,49% (R\$ 507.841 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação que têm origem no esforço próprio de arrecadação do órgão; 21,55% (R\$ 486.573 mil) em títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional que são título da dívida pública emitidos pelo Poder Executivo; 19,01% (R\$ 429.340 mil) em recursos financeiros diretamente arrecadados que integram o grupo de recursos próprios e resultam da aplicação financeira e 17,71% (R\$ 399.960 mil) em receitas de concursos prognósticos que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas, geridos pela Caixa Econômica Federal. As demais fontes de recursos apresentaram-se distribuídas entre 19 tipos distintos e representam 19,23% (R\$ 434.210 mil) do montante, conforme apresentado na "Figura 2".

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise do Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, em setembro de 2020, os recursos totais disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" foram menores em R\$ 76.424 mil, relativo ao mesmo período de 2019, totalizando R\$ 2.257.925 mil.

Na análise de Caixas e Equivalentes demonstrados nas DFC, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa" é igual ao "Resultado Financeiro". No terceiro trimestre de 2020, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi negativo de R\$ 97.063 mil, cuja queda acentuou-se em 95,16% (R\$ 47.328mil), comparado ao mesmo período do ano de 2019.

As transferências financeiras recebidas, em setembro de 2019, representaram 92,10% (R\$ 34.429.509 mil) do total dos ingressos; as transferências financeiras concedidas representaram 66,24% (R\$ 24.376.285 mil) dos dispêndios; sendo, portanto, os impactos mais relevantes no resultado de R\$ 584.562 mil dos fluxos de caixa das atividades operacionais.

Com relação ao fluxo de caixa das atividades de investimento, 94,70% (R\$ 645.513 mil) do resultado referem-se às aquisições de ativos não circulantes, as quais constam detalhadas na nota explicativa de número 14.

Tabela 02 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares				
	30/09/2020	30/09/2019	2020-2019	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	584.562	437.113	147.449	(602,25)	33,73
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(681.625)	(486.849)	(194.776)	702,25	40,01
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(97.063)	(49.735)	(47.328)	100,00	95,16

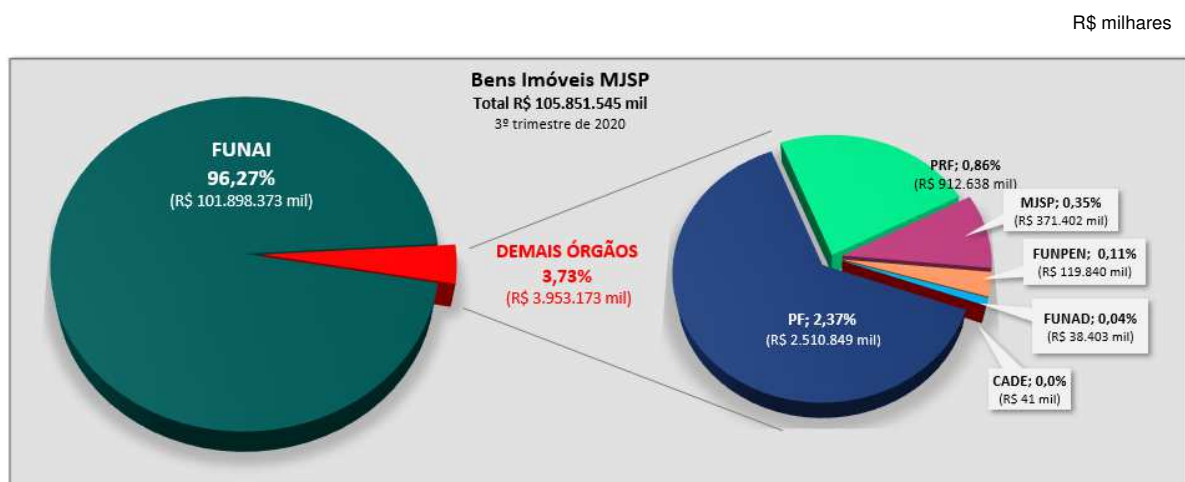
Fonte: Siafi.

Nota 02 – Bens Imóveis – BP

Em 30/09/2020, os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 105,85 bilhões, representando 91,08% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de 0,04%, foi de R\$ 105,81 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 101,9 bilhões (96,27%), conforme "Figura 3".

Figura 03 – Bens Imóveis – por órgão



Fonte: Siafi.

De acordo com a "Tabela 3", os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,52% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$105,34 bilhões em 30/09/2020.

Tabela 03 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	30/09/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	105.338.499	105.685.924	99,52	(0,33)
Bens Imóveis em Andamento	454.889	421.864	0,43	7,83
Instalações	30.916	27.947	0,03	10,62
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	17.145	27.402	0,02	(37,43)
Bens Dominicais	9.529	6.931	0,01	37,48
Demais Bens Imóveis	568	568	0,00	(0,01)
Subtotal	105.851.545	106.170.637	100,00	(0,30)
Depreciação / Amortização Acumulada	(39.507)	(38.532)	(0,04)	2,53
Total Líquido	105.812.038	106.132.105	99,96	(0,30)

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na "Tabela 04", a conta Fazendas, Parques e Reservas da Funai, representando 95,11% do total dos bens de uso especial do MJSP.

Tabela 04 - Bens de Uso Especial – por tipo

R\$ milhares

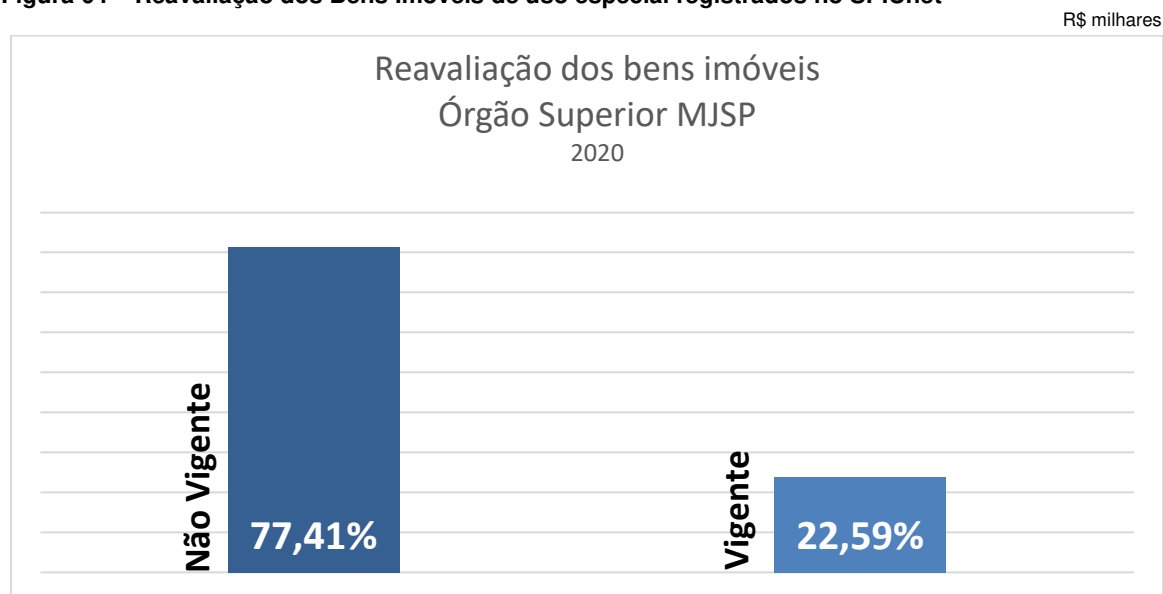
Descrição	30/09/2020	31/12/2019	AV(%)	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	100.214.324	100.940.487	95,14	(0,01)
Fundação Nacional do Índio	100.191.799	100.917.961	95,11	(0,01)
Fundo Nacional Antidrogas	22.526	22.526	0,02	0,00
Edifícios	3.167.135	2.886.573	3,01	0,10
Polícia Federal	1.307.611	990.496	1,24	0,32
Polícia Rodoviária Federal	154.623	268.325	0,15	(0,42)
Fundação Nacional do Índio	1.351.287	1.272.205	1,28	0,06
Fundo Penitenciário Nacional	336	336	0,00	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	353.278	355.210	0,34	(0,01)

Outros Bens Imóveis de Uso Especial	932.495	840.728	0,89	0,11
Polícia Federal	378.433	305.604	0,36	0,24
Polícia Rodoviária Federal	250.090	231.189	0,24	0,08
Fundação Nacional do Índio	240.936	240.899	0,23	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	1.075	1.075	0,00	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	61.961	61.961	0,06	0,00
Terrenos, Glebas	846.459	845.357	0,80	0,00
Polícia Federal	518.613	521.782	0,49	(0,01)
Polícia Rodoviária Federal	220.791	216.557	0,21	0,02
Fundação Nacional do Índio	89.733	89.696	0,09	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	5.751	5.751	0,01	0,00
Fundo Penitenciário Nacional	10.894	10.894	0,01	0,00
Ministério da Justiça e Segurança Pública	677	677	0,00	0,00
Complexos, Fábricas e Usinas	131.053	124.935	0,12	0,05
Polícia Federal	120.465	120.465	0,11	0,00
Polícia Rodoviária Federal	10.588	4.470	0,01	1,37
Imóveis Residenciais e Comerciais	47.032	47.844	0,04	(0,02)
Polícia Federal	19.119	19.170	0,02	(0,00)
Polícia Rodoviária Federal	15.622	16.755	0,01	(0,07)
Fundação Nacional do Índio	3.241	3.241	0,00	0,00
Fundo Nacional Antidrogas	9.051	8.678	0,01	0,04
Total dos bens de uso especial	105.338.499	105.685.924	100,00	0,04

Fonte: Siafi.

Os bens imóveis de uso especial registrados no SPIUnet totalizaram, no 3º trimestre de 2020, R\$ 105.338.499 mil. Na “Figura 04”, foram consideradas as informações até o mês junho de 2020, tendo em vista a indisponibilidade de ferramenta para extração da informação no sistema SPIUnet. Nesse sentido, o MJSP apresentou, até o mês de junho de 2020, a necessidade de reavaliação de 77,41% dos imóveis registrados.

Figura 04 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet



Fonte: Siafi

Nota 03 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo" registradas no Balanço Patrimonial representaram, no 3º trimestre de 2020, 28,76% (R\$ 356.415 mil) do total do Passivo Exigível e consolidam, pelos valores mais representativos, as transferências financeiras a comprovar relacionadas a Termos de Execução Descentralizada – TED, os convênios e instrumentos congêneres a pagar, as retenções relativas a empréstimos e financiamentos das folhas de pagamento dos servidores, depósitos de veículos alienáveis, obrigações com entidades federais, dentre outros.

Figura 05 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil



As Transferências Financeiras a Comprovar – TED são termos de execução descentralizada formalizados entre entidades integrantes da administração pública federal, envolvendo descentralização de crédito, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho. O saldo passivo em "Demais Obrigações a Curto Prazo" ocorre quando a obrigação de prestar contas, quanto à aplicação de recursos, está pendente.

A conta contábil Transferências Financeiras a Comprovar - TED representou o maior impacto na rubrica, 31,77% (R\$ 113.240 mil), conforme "Figura 05". Sendo que, 44,15% (R\$ 50.000 mil) desse valor é representado pela mútua cooperação firmada entre o Depen (Departamento Penitenciário Nacional) e o FNPS (Fundo Nacional de Segurança Pública) visando a administração de recursos computacionais, desenvolvimento e sustentação de módulos do Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas) do MJSP.

Tabela 05 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	30/09/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Polícia Rodoviária Federal	106.923	100.495	30,00%	6,40%
Polícia Federal	73.942	84.232	20,75%	-12,22%
Fundo Nacional de Segurança Pública	66.567	66.781	18,68%	-0,32%
Fundo Penitenciário Nacional	52.337	197.851	14,68%	-73,55%
Fundação Nacional do Índio	34.138	49.569	9,58%	-31,13%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	15.194	15.072	4,26%	0,81%
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	7.312	3.518	2,05%	107,83%
Fundo Nacional Antidrogas	1	0	0,0003%	-
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	0	0	0,00%	-
Total Geral	356.415	517.519	100,00%	-31,13%

Fonte: Siafi.

Nota 04 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP

Em setembro de 2020, o "Resultado de Exercícios Anteriores" representou 100,02% (R\$ 114.999.485 mil) do total do patrimônio líquido; sendo 89,26% (R\$ 102.654.190 mil) decorrentes, prioritariamente, de resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas. Cabe ressaltar que da referida representação da Funai, 67,04% (R\$ 68.822.162 mil) do superávit foram registrados nos estados do Mato Grosso e Pará; totalizando, respectivamente, 45,27% (R\$ 46.472.070 mil) e 21,77% (R\$ 22.350.092 mil).

Tabela 06 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

	R\$ milhares			
Resultado de Exercícios Anteriores	30/09/2020	31/12/2019	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	102.654.190	98.789.098	89,26	3,91
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.184.686	4.212.849	3,64	(0,67)
Polícia Federal	3.402.820	3.279.609	2,96	3,76
Polícia Rodoviária Federal	1.886.852	1.568.275	1,64	20,31
Fundo Penitenciário Nacional	1.256.990	1.150.180	1,09	9,29
Ministério da Justiça e Segurança Pública	970.594	901.223	0,84	7,70
Fundo Nacional de Segurança Pública	244.863	224.271	0,21	9,18
Fundo Nacional Antidrogas	240.829	144.097	0,21	67,13
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	70.786	50.093	0,06	41,31
Subtotal (A)	114.912.610	110.319.695	99,92	4,16
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores – Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,08	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,08	0,00
Total (A+B)	114.999.485	110.406.571	100,00	4,16

Fonte: Siafi.

Nota 05 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP

Com relação a setembro de 2019, ou seja, na análise horizontal da DVP, houve queda de 88,42% (R\$ 10.083.602 mil) nas "Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos", cujo impacto atribuiu-se, prioritariamente, a "Ganhos com Incorporação de Ativos", em R\$ -5.934.023 mil, e "Reavaliação de Ativos", em R\$ -4.136.071 mil, sendo as principais justificativas destacadas a seguir.

Com relação aos "Ganhos com Incorporação de Ativos", o maior impacto do decréscimo horizontal foi na Polícia Federal, de R\$ 4.916.876 mil, representando 82,86% do decréscimo total dessa rubrica, decorrentes de "Outros Ganhos com Incorporação de Ativos".

Ainda na referida análise horizontal, a "Reavaliação de Ativos" apresentou queda expressiva de R\$ 4.136.071 mil referente às reavaliações de bens imóveis, decorrente em 116,53%, R\$ 4.819.749 mil, da Funai.

Na análise vertical, ou seja, com relação ao total de "Ganhos com Incorporações de Ativos" em setembro de 2020, 83,06% (R\$ 426.131 mil) foram assim registrados:

- a) 43,65% (R\$ 223.914 mil) no Cade;
- b) 24,21% (R\$ 124.225 mil) na Funai; e
- c) 15,20% (R\$ 77.992 mil) no FDD.

Ainda na análise vertical, 65,01% (R\$ 465.109 mil) do resultado de "Reavaliações de Ativos", foram referentes à reavaliação de bens imóveis, sendo:

- a) R\$ 294.548 mil na Funai; e
- b) R\$ 170.561 mil na Polícia Federal.

Tabela 07 – Reavaliação de Ativos – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	30/09/2020	30/09/2019	AV%	AH%
Polícia Federal	386.852	6.331	54,07	6.010,83
Reavaliação de Bens Imóveis	386.416	4.532	54,01	8.425,76
Reavaliação de Bens Móveis	436	1.798	0,06	(75,76)
Fundação Nacional do Índio	294.548	4.832.005	41,17	(93,90)
Reavaliação de Bens Imóveis	294.548	4.832.005	41,17	(93,90)
Polícia Rodoviária Federal	34.067	13.203	4,76	158,03
Reavaliação de Bens Imóveis	34.067	13.203	4,76	158,03
Reavaliação de Bens Móveis	0	-	0,00	-
Total Geral	715.467	4.851.538	100,00	-85,25

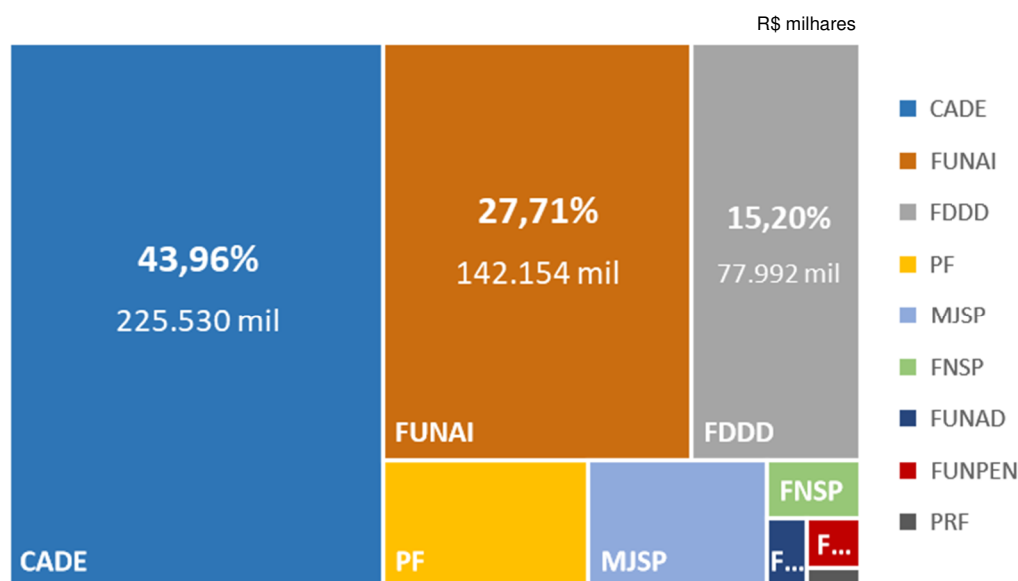
Fonte: Siafi.

Tabela 08 - Ganhos com Incorporações de Ativos – por órgão

Órgão	R\$ milhares			
	30/09/2020	30/09/2019	AV%	AH%
Conselho Administ. de Defesa Econômica	225.530	747.036	43,96	(69,81)
Fundação Nacional do Índio	142.154	233.385	27,71	(39,09)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	77.992	10.649	15,20	632,39
Polícia Federal	28.957	4.968.387	5,64	(99,42)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	25.183	89.521	4,91	(71,87)
Fundo Nacional de Segurança Pública	5.998	40.129	1,17	(85,05)
Fundo Nacional Antidrogas	3.081	107.187	0,60	(97,13)
Fundo Penitenciário Nacional	2.895	240.722	0,56	(98,80)
Polícia Rodoviária Federal	1.229	10.028	0,24	(87,75)
Total Geral	513.020	6.447.043	100,00	-92,04

Fonte: Siafi.

Figura 06 – Ganhos com Incorporação de Ativos - por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 06 – Pessoal e Encargos - DVP

No 3º trimestre de 2020, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 15,16% (R\$ 5.725.725 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pela Polícia Federal que apresentou 53,99% (R\$3.091.462) e pela Polícia Rodoviária Federal com 35,06% (R\$2.007.358 mil). Ambas somaram 89,05% (R\$ 5.098.820 mil), conforme "Tabela 09".

Nesse sentido, os mesmos órgãos representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 68,95% (R\$ 3.947.861 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos. Sendo o maior destaque para a PF, com 42,30% (R\$2.421.712 mil) em relação ao total da rubrica.

Cabe destacar, conforme "Tabela 09", que o Funpen apesar de não executar folha de pagamento, apresentou saldo de R\$ 2,44 mil em 2019, referente ao pagamento de INSS patronal, de capacitação ministrada por pessoa física.

Tabela 09 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

	R\$ milhares			
Pessoal e Encargos	30/09/2020	30/09/2019	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	3.091.462	3.021.327	53,99%	2,32%
Benefícios a Pessoal	100.107	127.859	1,75%	-21,70%
Encargos Patronais	552.186	439.417	9,64%	25,66%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	17.458	11.978	0,30%	45,75%
Remuneração a Pessoal	2.421.712	2.442.074	42,30%	-0,83%
Polícia Rodoviária Federal	2.007.358	2.008.061	35,06%	-0,04%
Benefícios a Pessoal	141.267	134.941	2,47%	4,69%
Encargos Patronais	331.592	273.034	5,79%	21,45%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	8.349	4.880	0,15%	71,10%
Remuneração a Pessoal	1.526.149	1.595.206	26,65%	-4,33%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	315.710	315.397	5,51%	0,10%
Benefícios a Pessoal	22.493	25.930	0,39%	-13,26%
Encargos Patronais	37.388	35.397	0,65%	5,62%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	9.595	2.343	0,17%	309,47%
Remuneração a Pessoal	246.235	251.727	4,30%	-2,18%
Fundação Nacional do Índio	301.174	269.368	5,26%	11,81%
Benefícios a Pessoal	9.100	12.782	0,16%	-28,81%
Encargos Patronais	25.231	26.389	0,44%	-4,39%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	571	715	0,01%	-20,14%
Remuneração a Pessoal	266.272	229.482	4,65%	16,03%
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	10.021	9.298	0,18%	7,78%
Benefícios a Pessoal	494	503	0,01%	-1,73%
Encargos Patronais	932	826	0,02%	12,85%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	381	314	0,01%	21,07%
Remuneração a Pessoal	8.214	7.655	0,14%	7,31%
Fundo Penitenciário Nacional	-	2	0,00%	-100,00%
Benefícios a Pessoal	-	-	0,00%	-
Encargos Patronais	-	2	0,00%	-100,00%
Outras VPD - Pessoal e Encargos	-	-	0,00%	-
Remuneração a Pessoal	-	-	0,00%	-
Total Geral	5.725.725	5.623.453	100,00%	1,82%

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Desincorporação de Ativos – DVP

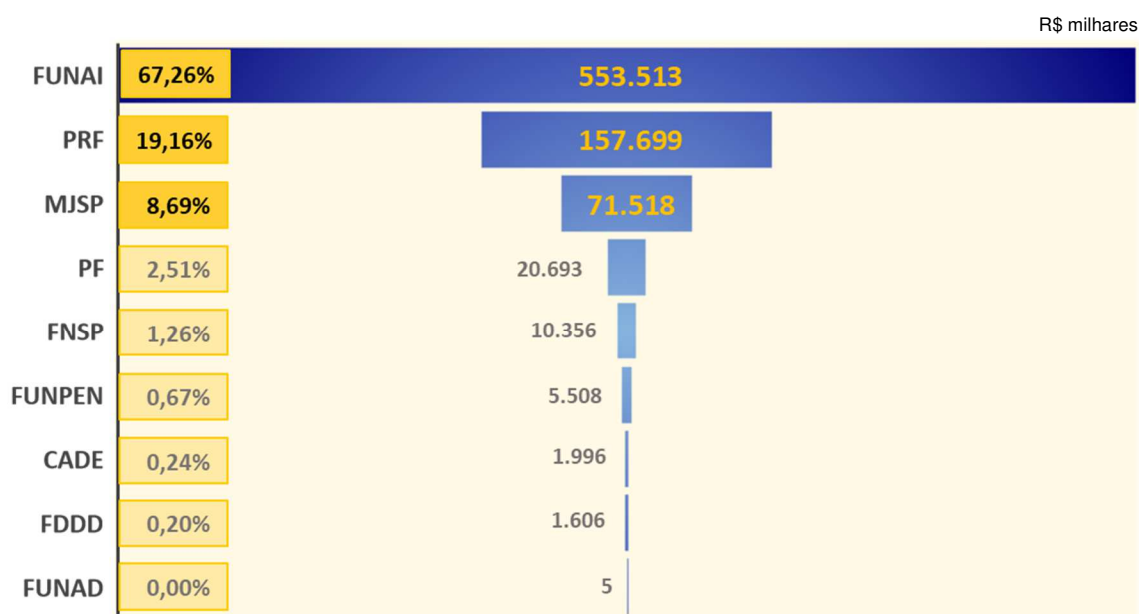
No 3º trimestre de 2020, as "Desincorporações de Ativos" representaram 2,18% (R\$ 822.893 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas consolidadas. A Coordenação Regional da FUNAI de Ji-Paraná/ RO foi responsável por 66,98% (R\$ 551.173 mil) do valor total dessa rubrica, referente aos lançamentos de registros incorretos de reavaliação, de bens imóveis de uso especial, no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, em janeiro de 2020. A Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal/ RJ representou 16,74% (R\$ 137.777 mil) do referido montante, sendo:

- a) R\$ 114.760 mil devido a acerto contábil pela baixa de registros em duplicidade, no SPIUnet, de bens imóveis de uso especial; e
- b) R\$ 22.935 mil referente a registro contábil de baixa de "Obras em Andamento", lançados entre 30 de abril e 13 de agosto de 2020.
- c) R\$ 82 mil referente a outros acertos contábeis realizados no decorrer do exercício de 2020, até o mês de setembro.

A Coordenação Regional da Funai de Ji-Paraná/RO e a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal/RJ representaram, portanto, 83,72% (R\$ 688.950 mil) dos registros de "Desincorporações de Ativos" em setembro de 2020.

Relativamente à setembro de 2019, as "Desincorporações de Ativos" apresentaram queda impactante de 83,86% (R\$ 4.278.659 mil), sendo 115,21% (R\$ 4.924.520 mil) desse montante relativos às baixas de registros contábeis, em 10 de abril de 2019, de lançamentos de bens imóveis de uso especial ocorridos em duplicidade, no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá.

Figura 07 - Perdas com Desincorporação de Ativos - por órgão



Fonte: Siafi.

Nota 08 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 3º trimestre de 2020, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais apresentou o saldo de 45,15% (R\$ 1.312.193 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípicas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no artigo 16 da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018.

Em destaque na "Tabela 10" verifica-se que 98,11% (R\$ 1.287.329 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,16% (R\$ 1.183.097 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,84% (R\$ 129.095 mil).

Tabela 10 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

		R\$ milhares	
Receita Orçamentária Líquida	30/09/2020	AV (%)	
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.183.097	90,16%	
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	1.161.858	88,54%	
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	11.094	0,85%	
Participação da União em Receita de Loteria Federal	6.976	0,53%	
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	3.170	0,24%	
Participação da União em Receita de Loteria Instantânea	-0,1	-0,000004%	
Fundo Penitenciário Nacional	129.095	9,84%	
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	125.471	9,56%	
Participação da União em Receita de Loteria Federal	2.219	0,17%	
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	1.130	0,09%	
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	276	0,02%	
Total	1.312.193	100,00%	

Fonte: Siafi.

Nota 09 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 3º trimestre de 2020, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 37,31% (R\$ 1.084.467 mil) em relação ao total das receitas correntes realizadas.

Na análise, a PRF obteve destaque na conta contábil Multas Previstas em Legislação Específica correspondente a 69,55% (R\$ 754.270 mil) do total da referida arrecadação, como evidenciado na "Tabela 11".

A receita líquida orçamentária relativa às Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDD, as quais têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, representaram 27,95% (R\$ 303.122 mil) do total da receita orçamentária com "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais". Ambas somaram 97,50% (R\$ 1.057.392 mil).

Tabela 11 - Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

		R\$ milhares	
Receita Orçamentária Líquida	30/09/2020	AV (%)	
Multas Previstas em Legislação Específica	770.148	71,02%	
Polícia Rodoviária Federal	754.270	69,55%	
Polícia Federal	13.452	1,24%	
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.616	0,15%	
Fundo Penitenciário Nacional	474	0,04%	
Fundo Nacional Antidrogas	311	0,03%	
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	26	0,002%	
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	303.122	27,95%	
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	303.122	27,95%	
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	10.777	0,99%	
Fundo Penitenciário Nacional	10.749	0,99%	
Polícia Federal	28	0,003%	
Multas e Juros Previstos em Contratos	420	0,04%	
Polícia Rodoviária Federal	415	0,04%	
Fundação Nacional do Índio	5	0,0005%	
Total	1.084.467	100,00%	

Fonte: Siafi.

Nota 10 – Resultado Orçamentário – BO

O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. No 3º trimestre de 2020, o resultado orçamentário apresentado pela PF e pela PRF impactaram, respectivamente, 57,09% (R\$ 6.010.436 mil) e 38,26% (R\$ 4.028.309 mil), no déficit de R\$ 10.528.861 mil do MJSP, conforme demonstrado na "Tabela 12" abaixo. Ambos os órgãos somaram 95,35% (R\$ 10.038.744 mil) do resultado total apresentado em setembro de 2020.

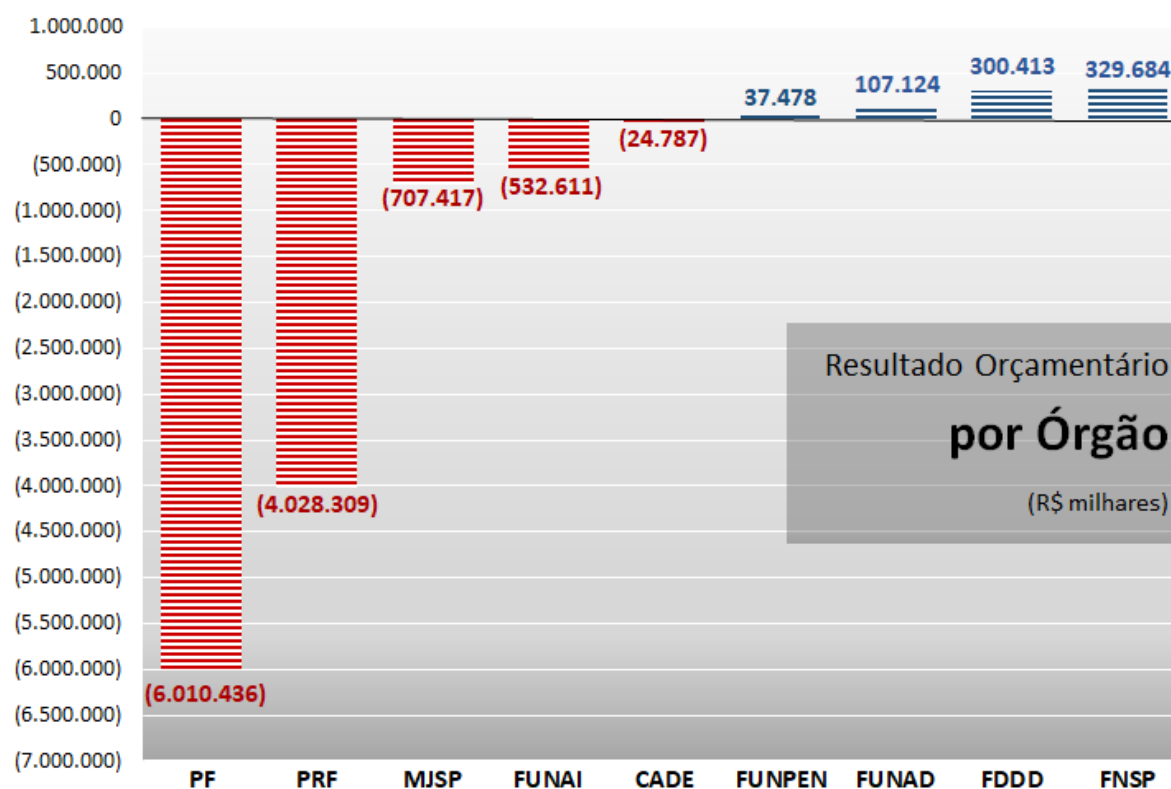
Tabela 12 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares

Órgão	Receita Orçamentária (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Federal	264.553	6.274.989	(6.010.436)	57,09
Polícia Rodoviária Federal	761.997	4.790.306	(4.028.309)	38,26
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.836	709.254	(707.417)	6,72
Fundação Nacional do Índio	712	533.323	(532.611)	5,06
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	27.072	51.859	(24.787)	0,24
Fundo Penitenciário Nacional	250.760	213.282	37.478	(0,36)
Fundo Nacional Antidrogas	107.789	665	107.124	(1,02)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	306.969	6.556	300.413	(2,85)
Fundo Nacional de Segurança Pública	1.184.712	855.028	329.684	(3,13)
	2.906.400	13.435.261	(10.528.861)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 08 – Resultado Orçamentário – por órgão



Fonte: Siafi.

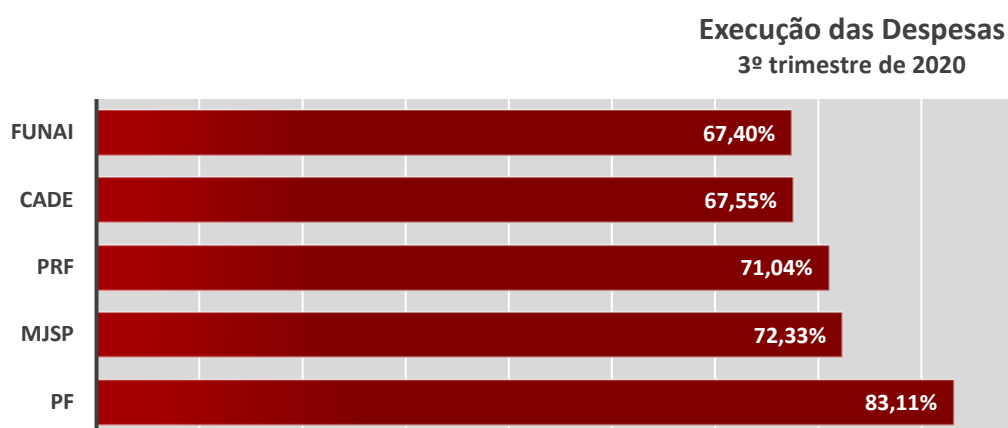
Nota 11 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO

Do total das despesas empenhadas com "Pessoal e Encargos Sociais", 77,08% (R\$ 7.761.640 mil) foram efetivamente pagas até o 3º trimestre de 2020. Destaque para a PF que representou 54,71% (R\$4.246.649 mil) do total da despesa paga, conforme "Tabela 13"

Em relação às despesas empenhadas, a PF também foi responsável pelo maior volume, 50,74% (R\$ 5.109.718 mil), seguido pela PRF, com 40,27% (R\$4.054,758 mil). Ambos os órgãos somaram 91,01% (R\$9.164.477 mil) do total das despesas empenhadas.

O percentual das despesas com pessoal e encargos pagos em relação ao empenhado, de cada órgão, são evidenciados pela "Figura 09" onde destaca-se a PF com 83,11% de execução.

Figura 09 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 13 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

ÓRGÃO	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA A PAGAR	DESPESA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
PF	5.109.718	50,74	556.366	306.703	4.246.649	54,71	83,11
Aposentadorias e Pensões	1.955.945	19,42	230.232	138.102	1.587.611	20,45	81,17
Obrigações Patronais	560.576	5,57	15.861	5	544.710	7,02	97,17
Outras Despesas	32.014	0,32	11.590	3.714	16.710	0,22	52,20
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.561.184	25,44	298.682	164.883	2.097.619	27,03	81,90
PRF	4.054.758	40,27	957.272	216.827	2.880.659	37,11	71,04
Aposentadorias e Pensões	1.574.206	15,63	288.095	105.613	1.180.497	15,21	74,99
Obrigações Patronais	391.898	3,89	63.051	-	328.846	4,24	83,91
Outras Despesas	9.780	0,10	2.108	643	7.029	0,09	71,87
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.078.875	20,65	604.017	110.572	1.364.286	17,58	65,63
MJSP	494.077	4,91	106.999	29.692	357.385	4,60	72,33
Aposentadorias e Pensões	139.396	1,38	35.668	10.378	93.350	1,20	66,97
Obrigações Patronais	51.772	0,51	14.683	-	37.089	0,48	71,64
Outras Despesas	21.445	0,21	7.603	982	12.860	0,17	59,97
Vencimentos e Vantagens Fixas	281.464	2,80	49.046	18.332	214.086	2,76	76,06
FUNAI	397.903	3,95	106.090	23.643	268.170	3,46	67,40
Aposentadorias e Pensões	174.575	1,73	39.707	9.795	125.073	1,61	71,64
Obrigações Patronais	37.140	0,37	12.024	-	25.117	0,32	67,63
Outras Despesas	4.238	0,04	2.259	180	1.799	0,02	42,44
Vencimentos e Vantagens Fixas	181.949	1,81	52.101	13.667	116.181	1,50	63,85
CADE	12.992	0,13	3.482	734	8.777	0,11	67,55
Aposentadorias e Pensões	755	0,01	207	58	490	0,01	64,91
Obrigações Patronais	1.162	0,01	288	-	874	0,01	75,22
Outras Despesas	1.080	0,01	270	90	720	0,01	66,68
Vencimentos e Vantagens Fixas	9.994	0,10	2.716	586	6.692	0,09	66,96
Total Geral	10.069.449	100,00	1.730.210	577.599	7.761.640	100,00	77,08

Fonte: Siafi. (3º trimestre de 2020)

Nota 12 – Transferências Intragovernamentais – BF

As “Transferências Financeiras Recebidas”, detalhadas no Balanço Financeiro, refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Classificam-se em orçamentárias ou extraorçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o orçamento geral decorrem de transferências de recursos relativos aos restos a pagar.

As “Transferências Financeiras Concedidas”, de igual modo, refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades de administração direta e indireta e classificam-se em orçamentárias ou extraorçamentárias.

Quando observadas as diferenças entre as movimentações “sem consolidação” e “com consolidação” no Balanço Financeiro, observa-se que os saldos das transferências financeiras recebidas e concedidas são equivalentes, pois representam contrapartidas no referido demonstrativo contábil, conforme apresentado no saldo final da coluna “A-B” da “Tabela 14” e da “Tabela 15”.

As transferências financeiras recebidas e concedidas apresentadas “sem consolidação”, refletem a contabilização a cada repasse financeiro executado, ou seja: uma contabilização no recebimento da cota pela setorial financeira e, quando esta repassa o recurso, é contabilizado novamente o valor no recebimento do repasse ou sub-repasse pela unidade executora; caracterizando, portanto, a dupla contabilização, cujos saldos constam na coluna “A” da “Tabela 14” e da “Tabela 15”.

No que tange às regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, quando o Balanço Financeiro apresenta-se consolidado, cujos saldos constam nas colunas “B” das tabelas a seguir, ocorre a exclusão das operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP; ou seja, sem dupla contabilização, alterando significativamente os saldos das transferências financeiras recebidas e concedidas.

As diferenças entre as movimentações financeiras recebidas e concedidas “com consolidação” e “sem consolidação”, portanto, constam detalhadas na “Tabela 14”, quanto aos ingressos, e “Tabela 15”, quanto aos dispêndios.

Tabela 14 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	30/09/2020 (A: Sem Consolidação)		30/09/2020 (B: Com Consolidação)		30/09/2020 (A-B)	
	AV%		AV%		AV%	
Transferências Financeiras Recebidas	34.429.509	100,00	11.643.505	100,00	22.786.004	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	31.100.442	90,33	10.732.481	92,18	20.367.960	89,39
Cota Recebida	10.732.481	31,17	10.732.481	92,18	0	0,00
Repasse Recebido	10.104.660	29,35	0	0,00	10.104.660	44,35
Sub-repasse Recebido	10.250.854	29,77	0	0,00	10.250.854	44,99
Repasse Devolvido	2.950	0,01	0	0,00	2.950	0,01
Sub-repasse Devolvido	9.496	0,03	0	0,00	9.496	0,04
Independentes da Execução Orçamentária	3.329.067	9,67	911.023	7,82	2.418.044	10,61
Transf. Recebidas para Pag. de RP	3.004.623	8,73	895.069	7,69	2.109.554	9,26
Demais Transferências Recebidas	39.148	0,11	15.955	0,14	23.193	0,10
Movimentação de Saldos Patrimoniais	285.296	0,83	0	0,00	285.296	1,25

Fonte: Siafi.

Tabela 15 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

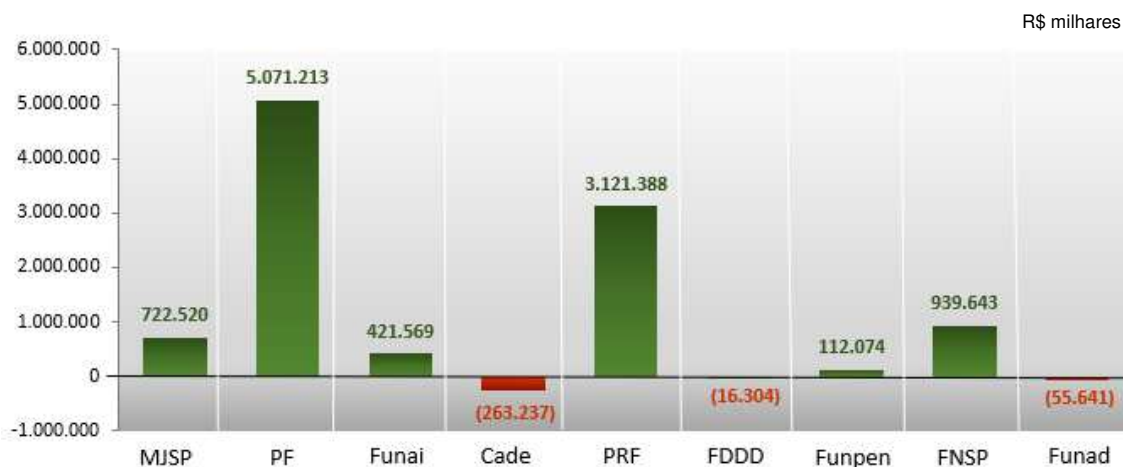
R\$ milhares

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	30/09/2020 (A: Sem Consolidação)		30/09/2020 (B: Com Consolidação)		30/09/2020 (A-B)	
		AV%		AV%		AV%
Transferências Financeiras Concedidas	24.376.285	100,00	1.590.281	100,00	22.786.004	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	20.418.864	83,77	50.904	3,20	20.367.960	89,39
Repasso Concedido	10.151.616	41,65	46.956	2,95	10.104.660	44,35
Sub-repasso Concedido	10.250.854	42,05	0	0,00	10.250.854	44,99
Cota Devolvida	3.948	0,02	3.948	0,25	0	0,00
Repasso Devolvido	2.950	0,01	0	0,00	2.950	0,01
Sub-repasso Devolvido	9.496	0,04	0	0,00	9.496	0,04
Independentes da Execução Orçamentária	3.957.421	16,23	1.539.377	96,80	2.418.044	10,61
Transf. Concedidas para Pag. de RP	2.109.554	8,65	0	0,00	2.109.554	9,26
Demais Transferências Concedidas	23.193	0,10	0	0,00	23.193	0,10
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.824.673	7,49	1.539.377	96,80	285.296	1,25

Fonte: Siafi.

Destacamos que o saldo final das Transferências Intragovernamentais, apresentadas por órgão, no Balanço Financeiro deste relatório (sem consolidação), estão demonstrados na “Figura 10” abaixo.

Figura 10 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais



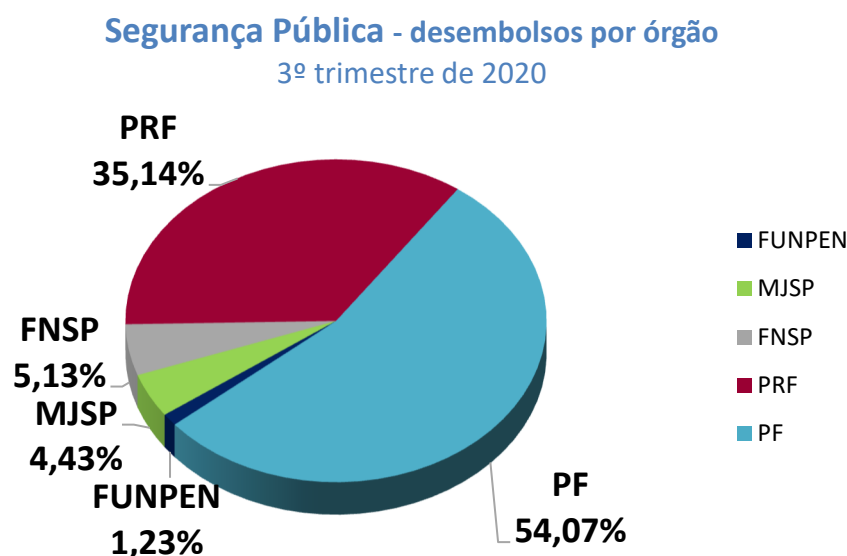
Fonte: Siafi.

Nota 13 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 15,18% (R\$ 5.586.518 mil), no 3º trimestre de 2020, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,07% (R\$3.020.817 mil) e 35,14% (R\$ 1.963.124 mil), somando 89,21% (R\$4.983.941 mil) do total dos desembolsos, conforme apresentado na “Figura 11”.

Figura 11 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



Os subsídios, parcela única de remuneração, representaram 59,38% (R\$3.317.536 mil) da totalidade dos desembolsos da rubrica segurança pública, conforme "Tabela 16".

Tabela 16 – Desembolsos – Pessoal e Demais Despesas – Segurança Pública

						R\$ milhares	
SEGURANÇA PÚBLICA	PF	PRF	FNSP	FUNPEN	MJSP	Total %	Total Geral R\$
Subsídios	66%	68%	0%	0%	0,1%	59,38%	3.317.536
Demais desembolsos	34%	32%	100%	100%	100%	40,62%	2.268.982
Total						100,00%	5.586.518

Fonte: Siafi.

Nota 14 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

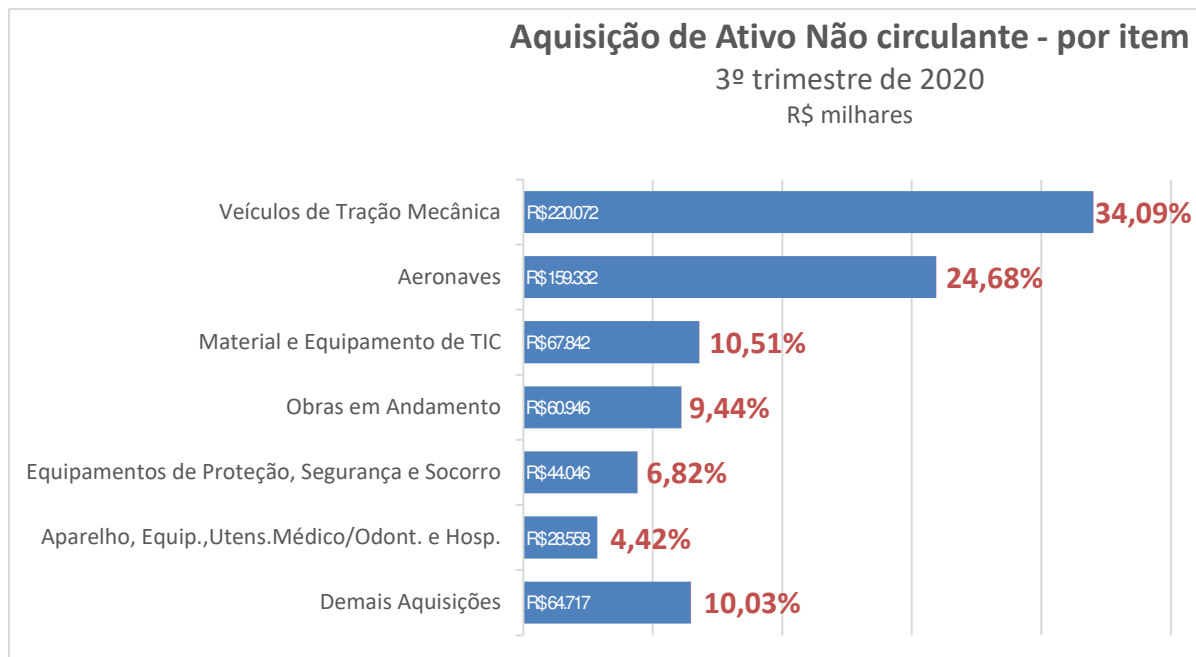
As aquisições de Ativo não Circulante integraram 94,70% (R\$645.513 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em setembro de 2020. Nesse sentido, 69,29% (R\$ 447.247 mil) foram assim registrados:

a) Veículos de Tração Mecânica, 34,09% (R\$220.072 mil), sendo 77,10% desse valor representado pelo Funpen 27,90% (R\$61.390 mil); PRF 26,66% (R\$58.678 mil); e FNSP 22,54% (R\$49.599 mil);

b) Aeronaves, 39,11% (R\$159.332 mil), sendo 99,12% (R\$157.929 mil) desse valor representado pela PRF; e

c) Material e Equipamento de TIC, 10,51% (R\$67.842 mil), sendo o maior destaque a PF, com 63,36% (R\$42.987 mil) desse valor.

Figura 12 – Aquisição de Ativo não Circulante – por item

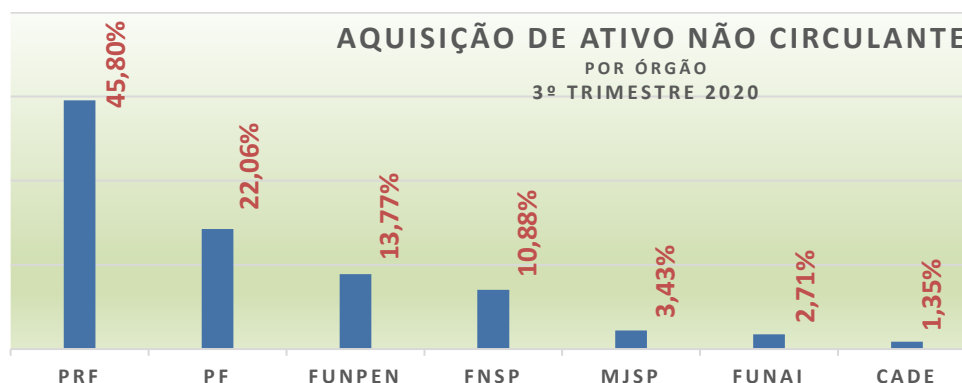


Fonte: Siafi.

Na “Figura 13” evidencia-se o impacto de cada órgão na rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante. A PRF obteve maior representatividade até o 3º trimestre de 2020, 45,80% (R\$295.623 mil), sendo que a aquisição de aeronaves refletiu em 24,47% (R\$157.929 mil) do total da rubrica em relação aos demais órgãos.

Nesse sentido, destaca-se a aquisição de veículos de tração mecânica, onde o Funpen apresentou 9,51% (R\$61.390 mil); e a aquisição de Material e Equipamento de TIC, onde a PF apresentou 6,66% (R\$42.987 mil). Ambos em relação ao demais órgãos e ao valor total da rubrica Aquisição de Ativo Não Circulante.

Figura 13 – Aquisição de Ativo não Circulante – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Nota 15 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", os quais corresponderam a 0,12% (R\$ 134.086 mil) do saldo final da DMPL no 3º trimestre de 2020, 112,59% (R\$ 150.974 mil) foram referentes baixa de passivos de convênios e instrumentos congêneres a pagar. Do saldo total da referida rubrica, 111,13% (R\$ 149.009 mil) foram registrados no Funpen.

No que se refere ao decréscimo nas Demais Reservas da Const./Realiz., na rubrica de Reserva de Reavaliação de Ativos, no valor de R\$ 296 mil, houve um acerto contábil de baixa de saldo de reavaliação na PF, em razão de os bens não mais se encontrarem na unidade.

Resultados Acumulados da Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos, no valor de R\$ 17.416 mil, foi constituído por sucessivos lançamentos nas unidades do Órgão, aumentando ou diminuindo o saldo da rubrica, restando o valor referenciado até o encerramento do terceiro trimestre.

O maior acréscimo se deu no valor de R\$ 20.601 mil, na Senasp, referente a incorporação de itens componentes de balões cativos proveniente de exercícios anteriores. Já o maior decréscimo ocorreu na PF, no valor de R\$ 8.668 mil, referente a baixa de aquisição de bens em fase de importação, por anulação do contrato.

O déficit de R\$ -173.720 mil, apresentado no resultado do exercício, em setembro de 2020, representou -0,15% do saldo patrimonial líquido, sendo impactado principalmente por:

a) "Transferências e Delegações Recebidas Intragovernamentais" corresponderam a 91,56% (R\$ 34.429.520 mil) das ações patrimoniais aumentativas; e

b) "Transferências e Delegações Concedidas Intragovernamentais", "Remuneração a Pessoal" e "Benefícios Previdenciários e Assistenciais"; correspondentes, respectivamente, a 67,97% (R\$ 25.679.955 mil), 11,83% (R\$ 4.468.582 mil) e 8,73% (R\$ 3.297.580 mil), somando 88,53% (33.446.118 mil) das variações patrimoniais diminutivas.

O saldo restante de R\$ 115.001.987 mil, do início do exercício de 2020, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.